

Caminhos pré-coloniais no litoral norte, Torres-RS

Pre-colonial paths on the north coast, Torres-RS

Jocyane R. Baretta*
Marcelo Lazzarotti**
Clóvis L. Schmitz***

Palavras chave:
Guaranis
Arqueologia
Litoral norte gaúcho

Resumo: O presente texto tem como objetivo a elaboração de um exercício reflexivo pautado em dados arqueológicos preliminares resultante do trabalho de pesquisa vinculado a um processo de licenciamento ambiental de um empreendimento em Torres/RS. Na ocasião foi localizado um sítio cerâmico Guarani, nas proximidades da Estrada dos Limoeiros, que foi denominado sítio RS-LN: 23. Nosso objetivo é compreender os padrões de ocupação de populações ceramistas conhecidos pela bibliografia arqueológica entrecruzando aos dados historiográficos mostrando a possibilidade de uso como caminho de tropas pelos colonizadores, das vias abertas e utilizadas por grupos indígenas que anteriormente ocupavam a região. Para tanto, buscamos abordar aspectos que viabilizem a construção de uma história indígena que perpassa, inicialmente, pelo apontamento de elementos normativos responsável por apagamentos historicamente enraizados nas narrativas regionais produzidas sobre os primórdios do período colonial, no litoral norte do Rio Grande do Sul.

Keywords:
Guaranis
Archeology
North coast of Rio Grande do Sul

Abstract: The present text has the objective of elaborating a reflective exercise based on preliminary archaeological data, which resulted from prospective work related to environmental licensing, in Torres/RS. In this occasion, a Guarani ceramic site was located, near Estrada dos Limoeiros, which was named RS-LN: 23. Our objective is to understand the patterns of occupation of ceramicist populations known by the archaeological bibliography intersected with historiographical data regarding the possibility of use as a path for troops by the colonizers, the roads opened and used by indigenous groups that previously occupied the region. Therefore, we seek to approach aspects that make possible the construction of an indigenous history that permeates, initially, by the appointment of normative elements responsible for erasures historically rooted in regional narratives produced about the beginnings of the colonial period, on the north coast of Rio Grande do Sul.

Recebido em 4 de julho de 2022. Aprovado em 27 de setembro de 2022.

* Jocyane R. Baretta, doutora em Arqueologia pela UFPEL, arqueóloga da Arqueotri Consultoria em Arqueologia.

E-mail: arqueotri@arqueotri.com.br

** Marcelo dos Santos Lazzarotti, mestre em História pela PUCRS, arqueólogo da Arqueotri Consultoria em Arqueologia.

E-mail: arqueotri@arqueotri.com.br

*** Clóvis Leandro de M. Schmitz, mestrando em Arqueologia UFPEL, arqueólogo da Arqueotri Consultoria em Arqueologia.

E-mail: arqueotri@arqueotri.com.br

Introdução

O presente texto apresenta os resultados preliminares de um trabalho arqueológico ligado ao licenciamento ambiental de um empreendimento no município de Torres, que resultou na identificação do Sítio Limoeiros, RS-LN:23. Trata-se de uma ocupação com vestígios cerâmicos Guarani. O achado motivou um exercício reflexivo a respeito dos padrões de assentamento desses grupos no litoral norte a partir das posições de sua implantação na paisagem entrecruzando a dados historiográficos sobre o uso de antigos caminhos indígenas pelos colonizadores europeus. Isto significa conjugar dados arqueológicos ao posicionamento dessas antigas rotas coloniais para discutir a abertura de caminhos de tropas no século XVII, que foi se consolidando com o avanço colonial, passando a figurar em mapas e documentos, sendo rotas utilizadas até os dias atuais. Esses dados apontam padrões ocupacionais coincidentes sugerindo a apropriação por parte dos colonizadores desses antigos caminhos e a consequente expulsão dos grupos indígenas de seus territórios ancestrais e o apagamento histórico desses grupos.

Assim, buscamos a contribuir com a construção e uma história indígena¹ que pode ser compreendida desde os primórdios do povoamento da América (BUENO, 2019) em um processo de longa duração, concebida a partir de múltiplos aspectos e perspectivas espaço temporais através de diferentes fontes interdisciplinares, em especial, arqueológicas, históricas e antropológicas (OLIVEIRA, 2003). A incorporação da noção de história indígena de longa duração procura romper com as bases dicotômicas entre “pré-história e história pós colonial”, evidenciando a complexidade dos processos de continuidade de transformação dos modos de vida de grupos indígenas (SILVA; NOELLI, 2016). Nesse sentido, seguimos comprometidos com a elaboração de narrativas menos pautadas por eixos de dominação², a partir da escolha de perspectivas científicas não-eurocentradas e imperialistas diante do colonialismo com relação às populações autóctones do continente sul americano.

Padrões de ocupação Guarani no litoral norte gaúcho e o Sítio Limoeiros RS-LN:23, em Torres/RS

O atual território do município de Torres é uma referência científica quanto à ocupação humana na costa gaúcha dado o grande número de sítios arqueológicos ali identificados. Tais vestígios remetem a datas médias de 3.500 anos A.P, de ocupação por grupos construtores de sambaquis e, posteriormente, por grupos ceramistas e horticultores³ (ROGGE, 2016). O histórico de ocupação desse território, de acordo com o professor Arno Kern (1989) indica padrões semelhantes em sítios litorâneos, os quais parecem anunciar que, em se tratando de sítios ligados aos pescadores-coletores, seguem “inseridos em uma “fácies meridional”⁴ tanto ao nível dos implementos como ao da arte escultória, reunindo os sítios do sudeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”, em especial em Laguna e Torres (KERN, 1989, p. 119).

A caracterização ambiental, onde estão esses sítios, oferecia uma variedade de vegetação frutífera como jerivá, butiá, tucum, pitanga, arará, pêssego do mato, figos nativos, cactos e gravatá (SCHMITZ; RAUPP, 2013). Além de uma ampla gama de animais para a caça, pesca e coleta de moluscos. Assim, os habitantes da costa litorânea, teriam acesso a uma dieta alimentar composta por produtos da pesca marinha ou lagunar, moluscos marinhos e lacustres e, das áreas de mangue oferecendo espécies vegetais e frutos, além de mamíferos, aves e répteis. Isto significa que, esses grupos, tinham à disposição alimentos nutricionalmente ricos, de diferentes nichos ecológicos (TOCCHETTO, 1987). Ademais, são áreas caracterizadas por praias abertas e de grandes extensões de areia, cortada por elevações de pedra que terminam em pontas ou falésias como no Cabo de Santa Marta, Morro dos Conventos e Torres, indicando que a adaptação de grupos a um ambiente bastante semelhante e de aspectos culturais em comum. E, por volta de dois mil anos atrás, os grupos horticultores passaram a ocupar a planície litorânea, competindo com os grupos pescadores-coletores construtores de sambaquis, prevalecendo até a chegada dos colonizadores a partir do século XVII. A chegada dos grupos horticultores encerrou um ciclo histórico de ocupação por parte

dos grupos de pescadores-coletores cuja cultura material remete a típicos processos de adaptação das planícies costeiras.

Anotações impregnadas pelo ideário colonialista sobre o povoamento da área, que hoje pertence ao município de Torres, foram realizadas por viajantes e naturalistas do século XIX, como Theodor Bishoff e Carl Von Koseritz. Esses escritos são as primeiras descrições arqueológicas do litoral norte. Depois, no início do século XX, há registros realizados pelo pesquisador do Museu Nacional, Edgar Roquette Pinto seguido pelo argentino Antônio Serrano. Este último fez uma descrição acurada dos horizontes estratigráficos dos sítios arqueológicos, obedecendo métodos científicos modernos (WAGNER, 2009.). Entretanto, ainda que esses pesquisadores estivessem em busca de certificar e garantir que tais monumentos eram fruto de ação antrópica, a ciência produzida em uma perspectiva eurocentrada, continuou tratando as populações autóctones enquanto objeto científico. A arqueóloga Nathália Mergen (2020) fez um levantamento sobre o histórico de pesquisas arqueológicas no Rio Grande do Sul narrando que Theodor Bishoff descrevia os sítios de Torres comparando-os aos encontrados na Dinamarca, bem como alertando para sua iminente destruição. Nas palavras do pesquisador “não são [sambaquis] inferiores aos europeus”, contudo, “são aproveitados para fins industriais, fabrica-se cal dos mesmos; dentro em pouco deles se dirá Era uma vez!” (MERGEN, 2020, p. 41 apud BISHOFF, 1928). Ao longo do tempo, a arqueologia teve seu foco voltado ao estudo dos sambaquis e seus diferentes processos de ocupação, em detrimento de estudos voltados aos grupos ceramistas mais específicos de sítios localizados em Torres/RS (WAGNER, 2004).

O levantamento dos sítios arqueológicos existentes no município de Torres foi extraído do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e na

literatura especializada, entrecruzados com os dados de sítios georreferenciados pelo IPHAN. No total, foram encontrados quarenta e três sítios arqueológicos⁵ cadastrados no CNSA (LAZAROTTI, 2021). Dentre estes, evidenciamos aqueles identificados como sítios cerâmicos, perfazem o total de dezesseis sítios arqueológicos. Direcionamos nosso olhar aos sítios de ocupação ceramista porque foi a tipologia material identificada na área de estudo relacionado aos grupos horticultores Guaranis. Ademais, esta abordagem permite compreender a distribuição espacial, bem como esse tipo de sítio está implantado na paisagem e os caminhos de ligação entre eles podem ter sido, posteriormente, utilizadas por outros grupos.

Das ocupações ceramistas cinco sítios são atrelados aos horticultores Guaranis (Tradição Tupiguarani⁶), sete ligados aos horticultores do Planalto (Tradição Taquara) e outros quatro com materiais ligados a ambos. A pesquisa de Gustavo Peretti Wagner (2004) sobre os sítios relacionados aos Horticultores do Planalto (tradição Taquara) e aos Horticultores Guaranis (tradição Tupiguarani) no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, identificou para o município de Torres o total de quinze sítios arqueológicos. Somados os sítios levantados no CNSA aos identificados por Wagner (2004), excluímos oito deles que se repetem⁷, obtemos o total de 23 sítios cerâmicos de um total de 43 identificados para o município de Torres. Cabe lembrar que foram listados pelo menos dez sítios cerâmicos pela arqueóloga Jussara Becker (2008) sendo seis sítios relacionados, à época, a Tradição Tupiguarani e quatro sítios atrelados a Tradição Taquara. Todavia, não é possível afirmar que estes estão contabilizados nos dados do CNSA ou de Wagner (2004) porque não há dados da sua localização geográfica. Segue um mapa hipsométrico com os sítios localizados em Torres (figura 01).

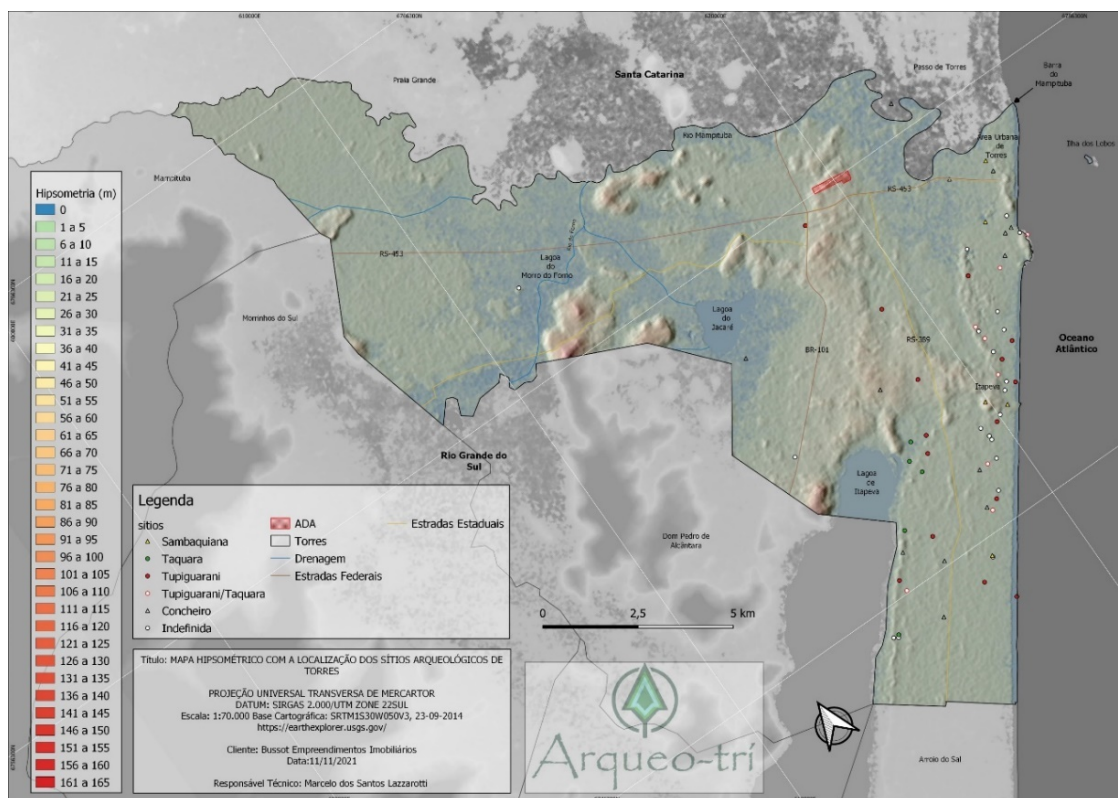


Figura 1 – Mapa hipsométrico com o levantamento dos sítios arqueológicos em Torres/ RS, 2022.

O retângulo vermelho é a poligonal do empreendimento onde foi encontrado o sítio IN-RS:23 e nos círculos vermelhos a distribuição dos demais sítios Tupiguarani. Fonte: Arqueotri, 2022.

Cabe informar que, em alguns casos, os sítios estudados por Jussara Becker apresentados sem localização geográfica coincidem com sítios cuja localização é informada por Gustavo Wagner, os quais também foram estudados por Gislene Monticelli e Klaus Hilbert, ou seja, alguns sítios coincidem e possuem localização conhecida (MONTICELLI *et al.*, 2003; HILBERT *et al.*, 2008; BECKER, 2007, 2008; LAZZAROTTI, 2021).

Com o objetivo de melhor compreender os processos de ocupação ligado aos grupos ceramistas, recorreremos ao trabalho da arqueóloga Adriana Dias, que estabeleceu um modelo de sistema de assentamento dos horticultores do Planalto e Guaranis no Vale do Rio do Sinos. Os sítios ligados a grupos horticultores do Planalto compõem parte de um sistema de ocupação mais amplo que vai do oeste das terras altas do Planalto até as lagoas litorâneas a leste. Esse modelo de domínio territorial é pautado na exploração dos três tipos de ambientes (planalto, encosta e litoral) para subsistência de maneira sazonal que consiste em um sistema de cultivo nas áreas de encosta que era suplementado por

estratégias de estocagem de alimento obtidos pela caça, coleta na área de manejo na floresta e da pesca no litoral. A estabilidade do sistema de assentamento dos horticultores do Planalto foi afetada com a chegada dos grupos Guaranis, ainda que esses grupos ocupem preferencialmente áreas em menores altitudes, a sua noção defensiva territorial acabava limitando a circulação dos grupos Jê, regulando inclusive o seu acesso às áreas de cultivo nas encostas e aos recursos litorâneos (DIAS, 2003). Os sítios guaranis litorâneos são comuns desde a costa argentina, passando pela costa uruguaia e brasileira desde o Sul até o litoral do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Na costa gaúcha ocorrem sítios desde áreas próximas aos cerritos, em Rio Grande, no litoral sul, até a divisa com Santa Catarina. Boa parte desses sítios entre dunas são encontrados em contextos erodidos, com pouca quantidade de material e em pequena profundidade, sugerindo acampamentos rápidos (WAGNER, 2004.).

Segue tabela com o total de sítios ligados aos grupos horticultores no município de Torres.

Tabela 1 – Sítios ligados a grupos ceramistas em Torres/RS, 2022.

CNSA	NOME	TRADIÇÃO	COORD. LONG	COORD. LAT
RS02297	Família Machado**	Tupiguarani	618698,168	6755739,364
RS01278	RS-204: Entre Itapeva e Lagoa do Jardim	Tupiguarani/Taquara	-	-
RS01279	RS-205: Arroio do Jardim	Taquara	-	-
RS01281	RS-207: Coati	Taquara		
RS02437	RS-LN-06 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani</i>	619867,155	6748648,67
RS02439	RS-LN-08 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani/Taquara</i>	620599,219	6749643,86
RS02440	RS-LN-09 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani</i>	620914,333	6749913,86
RS02441	RS-LN-10 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani/Taquara</i>	620857,111	6750616,36
RS0248	RS-LN-019 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani</i>	621442,138	6752213,322
RS02450	RS-LN-021 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani</i>	618699,685	6746998,647
RS02451	RS-LN-022 (Hilbert)**	<i>Tupiguarani/Taquara</i>	618443,894	6746814,699
RS01396	RS-LN-49B: Atlântico I	Taquara	-	-
RS01397	RS-LN-50: Atlântico II	Taquara	-	-
RS01284	RS-LN-101: Bom Jesus I	Taquara	-	-
RS01285	RS-LN-102: Ibicuí	Taquara	-	-
RS01286	RS-LN-103: Bom Jesus II	Taquara	-	-
-	LII05: Elmar Fernandez	Tupiguarani	612993,385*	6749211,302*
-	LII07: Darci Leal	Tupiguarani/Taquara	615391,941*	6746376,467*
-	LII14: Sítio do Biólogo	Tupiguarani	613642,001*	6749974,046*
-	RS-LN-02 (Hilbert)	Tupiguarani/Taquara	620830,396*	6751006,999*
-	RS-LN-03 (Hilbert)	Tupiguarani/Taquara	619033,691*	6747882,579*
-	RS-LN-04 (Hilbert)	Tupiguarani	620859,368*	6749224,874*
-	RS-LN-07 (Hilbert)	Tupiguarani/Taquara	622244,174*	6751906,729*

Fonte: Arqueotri, 2022.

Seguindo na busca de compreensão da implantação dos sítios Guarani no litoral norte do Rio Grande do Sul, recorreu-se a produção científica que aponta que tais sítios aparecem em zonas arenosas entre dunas ou ocupando áreas mais elevadas em dunas pleistocênicas, próximo de lagoas ou cursos d'água que cortam a planície arenosa (NEUMANN, 2014; ROGGE; SCHMITZ, 2010). Os sítios ligados aos horticultores Guarani na região litorânea são rasos e com pequenas dimensões, com manchas escuras provenientes de resíduos orgânicos que constituem habitações, comumente circulares ou elípticas, ocupando preferencialmente margens de lagoas. Os sítios do interior são mais antigos, mais extensos e comumente estão implantados às margens de grandes rios com abundância material e sepultamentos em urnas.

Milheira (2010) discute a ocupação guarani no litoral sul de Santa Catarina a partir de dados cronológicos dos sítios em Jaguaruna, escrevendo que o processo de ocupação Guarani se deu de forma “súbita e massiva”, entre 1360-1470 AD e 1449-1614 AD (MILHEIRA, 2010, p. 42). O autor defende a ideia de uma expansão rápida dos grupos Guarani pela região litorânea, uma vez que os construtores de sambaqui já haviam desaparecido e os grupos horticultores do planalto ocupavam a costa de forma sazonal. Dentro desse contexto, Campos (2013) escreve que as interpretações até o momento realizadas dão conta que as áreas de ocorrência desses sítios estão dispostas entre o cordão lagunar e o litoral, sendo ocupadas desde o século XV AD até o advento colonial, formando, assim, um palimpsesto de ocupações sobrepostas,

admitindo-se também que a região possa ter sido um local de contato entre grupos culturalmente distintos (CAMPOS *et al*, 2013). O que nos permite o questionamento de quais as rotas de circulação desses diferentes grupos?

Entre os séculos XIV e XVII os sítios guaranis, aparentemente, diminuem de tamanho porque, nesse período, as ocupações ocorrem em aldeias menores resultando em sítios com vestígios escassos, com enterramentos secundários e, margeando afluentes de rios maiores, possivelmente, devido ao avanço colonial. Schmitz (2006) escreve que antes da chegada dos colonizadores, nos séculos XVI e XVII, todas as áreas de mata subtropical ao longo da costa, na borda do planalto, na serra do Sudeste e ao longo dos rios, estava ocupada pelos horticultores Guaranis.

A historiografia sobre ocupações pré-coloniais em Torres descreve grupos denominados Arachãs e Carijós como indígenas Guaranis e, Tapuias e Guaianás como os nomes atribuídos aos Jê (RUSCHEL, 2004). Essas nomenclaturas sofriam variações regionais porque eram nomes dados pelos colonizadores aos grupos indígenas, fazendo relação com locais de origem (onde eram encontrados os grupos indígenas), como é o caso das denominações: guaranis, tapes, carijós, arachãs, etc. Schmitz (2006) escreve que, embora possa haver questionamentos arqueológicos quanto a conexão entre indígenas históricos e seus predecessores, como entre Guaianás (Kaingang) com a Tradição Taquara (horticultores do Planalto), contudo, no que se refere a tradição cerâmica Tupiguarani (horticultores Guaranis) “não restam dúvidas desta ligação com grupos Guarani históricos” (SCHMITZ, 2006 p. 31). Inclusive, o autor recomenda o entrecruzamento entre dados históricos e arqueológicos, devido à sua íntima conexão. Brochado (1984) também era adepto à ideia de ligação entre populações Guarani pretéritas e atuais, argumentando ainda que as formas das vasilhas cerâmicas dos grupos Guarani conteriam variações funcionais, por seu turno podendo proporcionar diferenças regionais na cultura material (LINO, 2011). A mesma continuidade histórica é percebida com relação a grupos Kaingang e Xokleng (CORTELETTI, 2013), onde estudos arqueológicos, etno-históricos e linguísticos recentes mostram que parte das populações indígenas ao

contrário de sucumbirem, elas resistiram e se reinventaram diante da opressão colonial (SILVA; NOELLI, 2016).

Quanto a ocupação dos territórios pelas populações Guarani

[...] as formas de mapeamento e exploração do ambiente, a formação das aldeias, o modo de confeccionar seus objetos (dos quais a cerâmica é o elemento arqueológico mais evidente), embora eventualmente adaptados às condições ambientais e históricas, seguiam um fio condutor que perdurava através do tempo, caracterizando um grande complexo cultural que mantinha constante comunicação no amplo espaço que ocupava (SANTOS, 2016, p. 28).

Assim, a identificação da cerâmica produzida pelos grupos Guaranis foi caracterizada principalmente pela presença de cerâmica policrômica vermelha ou preta sobre engobe branco ou vermelho, corrugada e escovada (SCHMITZ, 2006). Sua análise perpassa pela separação entre decorada ou não decorada. A decorada desdobra-se em pintada e plástica, com método de manufatura roletado. A decoração pintada aparece com linhas preta e vermelha sobre o branco, cobrindo a região do ombro até a parte interna do lábio. A pintura interna cobre toda sua superfície, em alguns casos aparece nas faces interna e externa concomitantemente em artefatos de pequenas dimensões como tigelas. A decoração plástica corresponde ao corrugado, corrugado unglado, unglado e o escovado aplicadas em uma variabilidade de formas. Além dos vestígios materiais, a paisagem conformava um ambiente propício, conhecido e manejado por grupos Guarani (MILHEIRA, 2010; NEUMANN, 2014; ROGGE; SCHMITZ, 2010), os quais poderiam advir desde regiões próximas ao rio Guaíba (LAURE GAULIER, 2002) e lagoas próximas, ou mesmo da região de Osório, onde sua presença é identificada arqueologicamente⁸ com datações de 1070 ± 110 A.P para o Sítio Bassani (RS-LN-35), na região do Faxinal em Osório/RS (MILHEIRA; WAGNER, 2014; SANTOS, 2016).

Ainda que não tenhamos uma cronologia para o sítio do Limoeiros RS-LN:23, a sua implantação na paisagem conforma um bom

elemento para discussão sobre os caminhos e a circulação desses grupos pelo litoral. O sítio está sobre um topo de morro localizado no Bairro São João, em Torres/RS, mais precisamente em uma área, relativamente, plana entre duas elevações a oeste (56m de altitude) e leste (57m de altitude), que fornecem ao local do assentamento proteção parcial aos ventos vindos de sudeste (inverno) e nordeste (verão). O ponto central do sítio está a uma altitude aproximada de 50m em relação ao nível do mar. No sentido sul-norte, há um declive gradual na direção sul e um declive mais acentuado para a direção norte. Nessa direção fica um pequeno vale onde corre um dos poucos arroios mais volumosos da região. Em um raio de, no mínimo, 2km, não existe outro arroio com volume semelhante ou maior, com exceção dos

sangradouros dos banhados e pequenas lagoas que dominam as regiões baixas. Na imagem da carta do exército, abaixo, está marcada a área do empreendimento onde foi localizado o sítio, representada pela marcação em verde (ver figura 02).

As nascentes do arroio que corre próximo a área do sítio encontram-se a norte, a em torno de 200m do ponto central do sítio arqueológico RS-LN: 23. A partir do local do sítio arqueológico se tem o domínio visual do vale localizado a nordeste por onde corre o arroio, vale cercado por pequenas elevações que formam um terreno ondulado. O Arroio após vencer o terreno acidentado alcança a planície de inundação do Rio Mampituba, desembocando no rio a, aproximadamente, 2,5km a jusante da foz do sangradouro da Lagoa do Sombrio no mesmo rio.

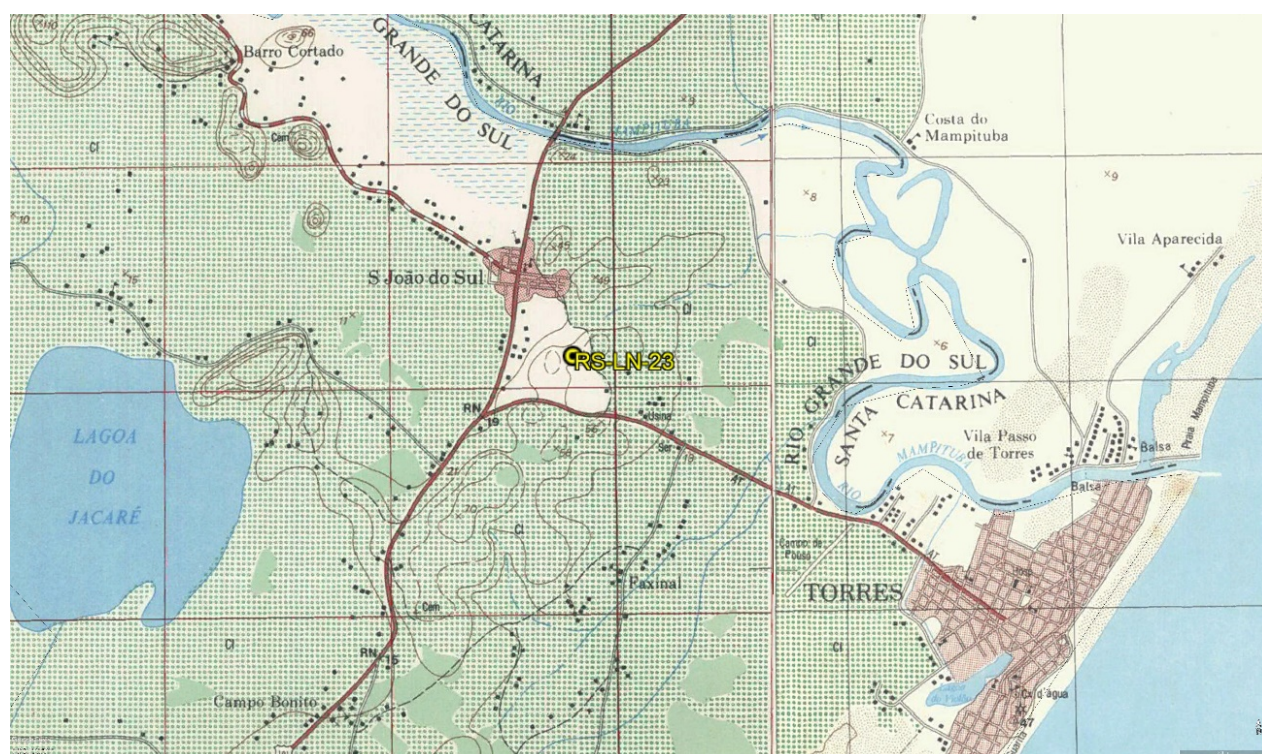


Figura 2 – Carta do exército de 1970 mostrando a localização do empreendimento e do sítio arqueológico RS-LN: 23, adaptação Arqueotri, 2022.

Fonte: http://coral.ufsm.br/cartografia/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=47



Figura 3 – Vista a partir do sítio arqueológico RS-LN: 23 na direção nordeste.

No primeiro plano uma das roças onde foi encontrada concentração de vestígios e ao fundo o vale do arroio que corre na direção do Rio Mampituba. Fonte: Arqueotri, 2022.

Por situar-se, praticamente, no topo do morro o sítio arqueológico está sujeito a impactos mais intensos causados pela ação erosiva por ação tanto natural (chuvas, ventos) como antrópicas (lavouras, trânsito de animais) (figura 03). Nas áreas em que foram encontrados vestígios, em concentração e isolados, o terreno é menos íngreme, em algumas porções relativamente planos. Contudo, tanto a sul quanto, principalmente, a norte acentua-se a declividade. Originalmente, a vegetação florestal, que devia cobrir a maior parte da área, garantia a estabilidade do terreno, hoje após décadas de atividades de desmatamento e agrícola o solo ficou sem essa proteção sofrendo com ação erosiva. Essa ação natural causada, principalmente, pela chuva, tanto lixivia os elementos mais finos do solo quanto carrega, nos períodos de pluviosidade maior, frações do solo morro abaixo. Em vista disso, podem ocorrer duas situações: a evidência natural de vestígios arqueológicos anteriormente soterrados e o rolamento de vestígios das áreas mais altas para as mais baixas. A atividade agrícola realizada há décadas no local, com uso de arado para amainar o solo, ainda que tenha sido utilizado arado com tração animal⁹, os impactos em subsuperfície ainda assim são significativos. Portanto, em razão das características do relevo e do solo arenoso associadas as atividades agrícolas as camadas de ocupação que porventura existiam foram impactadas. A mistura de sedimentos de diferentes camadas alterou o contexto

de deposição dos vestígios obliterando manchas de ocupação que, possivelmente existiam, associadas as áreas de concentração de vestígios, conforme padrões descritos na literatura (SCHMITZ, 2006; MILHEIRA; DEBLASIS, 2011). As alterações pós-deposicionais, ao que tudo indica, deram ao sítio arqueológico sua característica superficial. Apesar dos impactos sofridos pelas atividades agrícolas ainda foi possível identificar áreas com concentração significativas de vestígios arqueológicos.

Assim como as características da maioria dos sítios encontrados no litoral, vinculados aos grupos horticultores Guaranis, o Limoeiros RS-LN:23 é um sítio formado por concentrações de vestígios distribuídas em um raio relativamente pequeno. Entretanto suas dimensões exatas deverão ser confirmadas no decorrer da pesquisa, levando em consideração que a formação diminuta desses sítios possa estar associada a ocupações rápidas em função de eventos repentinos e perturbadores associados à violência colonial (MILHEIRA; DEBLASIS, 2011). Ainda mais, considerando que esses sítios se encontram na rota de tropas, utilizadas pelos colonizadores nos séculos XVIII e XIX. Ainda que a literatura arqueológica, pautada em metodologias tradicionais de escavação e interpretação de vestígios, tradicionalmente atribui à forma diminuta da dimensão e espessura desses sítios a episódios de exploração de recursos e sua perturbação a atividades

antrópicas (cultivo, desmatamento) ou por causas naturais (lixiviação, assoreamento). A implantação na paisagem do sítio Limoeiros RS-LN:23 e a disposição dos demais sítios identificados na região coincidem com as vias e rotas de circulação consolidadas no período colonial e que, ainda, são utilizadas (ver figuras 04 e 06). Todavia, as pesquisas deverão ser aprofundadas no decorrer do processo de licenciamento podendo fornecer informações mais conclusivas a respeito dessa hipótese.

Ocupação colonial de Torres

Desde os primórdios do avanço colonial Português sobre a região sul do Brasil, no século XVI, a região que veio a ser Torres constituía em importante rota de passagem que, com o passar do tempo, foi ganhando importância tornando-se caminho de tropeiros e exploradores interessados na captura de indígenas, que utilizavam essa rota antes do Caminho da Vacaria, no Planalto gaúcho. Ademais, a geografia da região a transformou em um ponto de referência e de poder estratégico de controle da paisagem, tanto terrestre como marítima, viabilizando, inclusive, a instalação de uma fortificação no século XVIII por militares

portugueses que estavam em disputa por territórios com os espanhóis.

Dados historiográficos (RUSCHEL, 2004; ADAMS FILHO, 2016) informam que os caminhos existentes, os quais eram utilizados pelos grupos indígenas que ocupavam esse território, possivelmente, Ibirajaras, Patos ou Carijós, passou a ser utilizado pelos exploradores, no século XVII, que vinham capturá-los para escravizá-los. Além destes, vinham tropeiros e contrabandistas em busca do gado solto no pampa. Torres logo se tornou um ponto estratégico no “corredor” litorâneo que dava acesso à recém fundada cidade de Rio Grande (1737), também fornecendo um caminho facilitado para os colonizadores luso-brasileiros que receberam as primeiras sesmarias entre Itapeva e o Rio Mampituba, por volta de 1761. Os topônimos Itapeva e Mampituba são de origem Tupiguarani, sendo estes dois pontos de passagem estratégicos da antiga estrada natural litorânea, que acabaram por fixar-se na tradição verbal dos viajantes dos séculos XVII e XVIII, que acabou se consolidado nos mapas e documentos (RUSCHEL, 2004). Isto se observa no mapa de 1842, onde estão destacados o “Caminho da Praia” e o “Caminho da Serra” (figura 04).

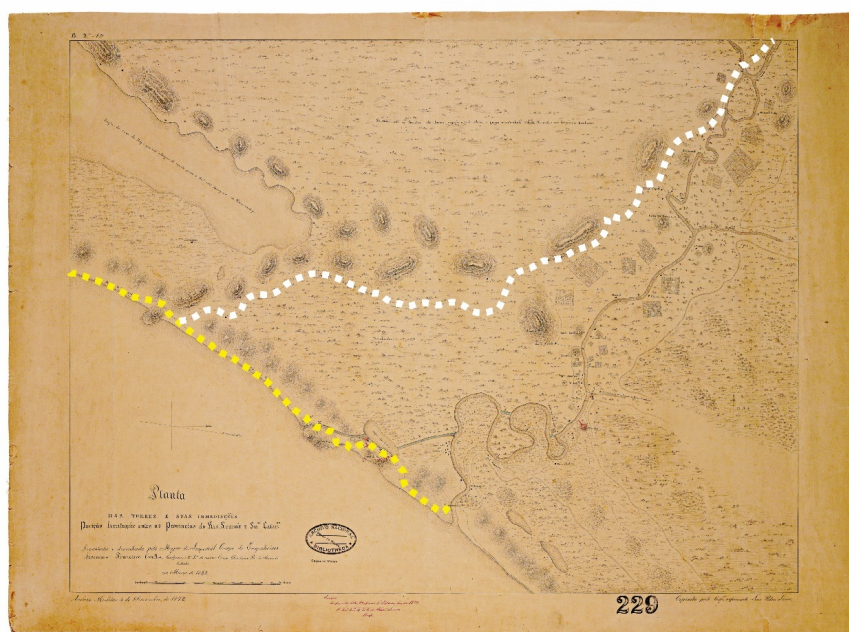


Figura 4 – Planta de Torres e suas imediações, 1842.

Adaptação destacando o “Caminho da Praia” em amarelo e o “Caminho da Serra”, em branco.

Fonte: Biblioteca do Arquivo Nacional.

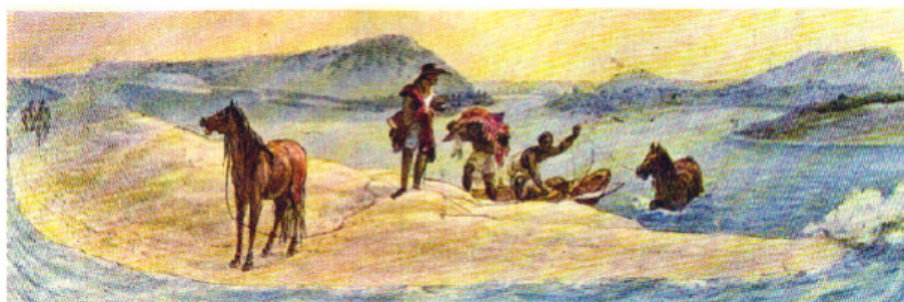


Figura 5 – Travessia do Rio Mampituba no Passo de Torres registrada pelo pincel de Debret no início do século XIX.

Fonte: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Torres-mampituba-debret.jpg>

Povos Guarani que habitavam a região do Vale do Mampituba e a região de Tramandaí, eram chamados de Carijós e Arachás que, segundo Ruschel (2004) foram precedidos por índios Tapuias de origem Jê. Com a chegada Tupiguarani povos Jê se concentraram no Planalto e na encosta, ocupando as matas da Serra Geral e, posteriormente, com o estabelecimento da colonização conflitos passaram a ocorrer com imigrantes que invadiam terras tradicionalmente ocupadas por essas populações indígenas, estabelecendo as colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara. Os Guarani eram chamados pelos bandeirantes paulistas, conhecedores da língua Tupi, de Carijós. Segundo Jaime Batista (2012) a etimologia da palavra Carijó é derivada de Cari que significa branco, ao passo que espanhóis e portugueses os chamavam de Patos porque habitavam o litoral sul catarinense, famoso pela abundância de aves como biguás e outras espécies (RUSCHEL, 2004).

Neste local [Torres] tinha a picada Boipituba, que posteriormente era chamada de “Caminho do Carijó”, cujo trajeto começava no “Rio Mampituba” pelo lado dos cômodos de areia da atual Praia Grande em Torres até a Itapeva costeando a atual Lagoa do Violão e a “Guarita”, era uma estradinha aberta nos matagais e tiriricas. Esse mesmo trajeto são as atuais ruas José Antônio Picoral e Alfiero Zanardi, portanto trata-se de uma das “ruas” mais antigas do Brasil. Os M’byá-Guaranis vinham de “Santa Catarina” para fazer escambo com os Arachás no lado do “Rio Grande do Sul”, e esse caminho era usado para tal prática (BATISTA, 2012, p. 24).

Os elementos acima apresentados corroboram com a ideia de que os caminhos

utilizados pelos colonizadores, possivelmente, possam ser as mesmas rotas de passagem de povos indígenas que tradicionalmente ocupavam esse território (ver figura 05).

Após décadas de perseguição com a sua gradual expulsão pelo colonizador de suas terras de ocupação tradicional, no século XIX, mais precisamente na década de 1820, grupos de Guaranis foram trazidos das Missões e de outras regiões como Entre Rios e do Paraguai, com a intenção de arregimentar uma missão jesuítica que fracassou, fazendo com que esses grupos ficassem a esmo, em busca de local para se estabelecer. Em situação vulnerável acabavam capturados pelos portugueses para realizar trabalhos forçados. Sob o comando do alferes Manoel Ferreira Porto, esses nativos das missões trabalharam na construção do forte e da capela de São Domingos, em Torres. Um ano antes vieram nativas guaranis cristãs de Tacuarembó, que chegaram ao forte como prisioneiras de guerra. Na ocasião, o comandante Paula Soares¹⁰ tratou de casar as mulheres guaranis com os “caboclos”, colocando-os arranchados em forma de arraial à beira da lagoa das Torres, atual Lagoa do Violão (BATISTA, 2012).

Abordando um contexto mais amplo, a arqueóloga Adriana Fraga (2010) escreve que a atividade do tropeirismo e suas estruturas materiais se consolidaram no Rio Grande do Sul, em especial, após o século XVIII. E, que além do fluxo de pessoas, gado de todo tipo, mercadorias e ideias circulavam pela região, materializaram-se suportes às ações desenvolvidas ao longo desses caminhos. Escreve que a paisagem também foi sofrendo alterações pelas configurações de diferentes espacialidades “que desenharam a nova ordem

colonial sobre os, até então, territórios indígenas. Assim, as espacialidades indígenas foram alteradas, reorganizadas e repensadas sob novos propósitos, pautados pelos interesses dos agentes coloniais” (SILVA, 2010 p. 30). Ainda que a pesquisadora se refira à região de Bom Jesus/RS, os caminhos de tropa, muitas vezes se cruzavam e as interações se davam de forma dinâmica. Tanto que, não lhe passa incólume e escreve sobre as tensões geradas resultado das alterações ocasionadas pela interação entre sujeitos, em especial após a introdução por parte dos jesuítas do gado bovino entre os Guarani, ainda no século XVII¹¹.

Inúmeras estradas e picadas foram abertas para o escoamento do gado e outros produtos que abasteciam o mercado local e de diferentes regiões. Rotas assumiram funções históricas que transcenderam o simples transporte de gado. Com o passar do tempo e a intensificação das atividades dos tropeiros, essas antigas estradas foram também importantes para a ocupação colonial das regiões do tráfego tropeirístico. Colonização que, para a Coroa portuguesa, foi sinônimo de posse do território (SILVA, 2010., p. 36)

De acordo com a historiadora Lucimara Fitz (2013), ainda no século XVIII, “onde até então eram trilhas percorridas somente por indígenas, essas trilhas também eram usadas por portugueses e espanhóis ao embrenhar-se para exploração do território” (FITZ, 2013, p. 08). Escreve que o tropeirismo tem a sua origem vinculada com a abertura dessas primeiras trilhas, destacando-se o caminho do Peabiru que ligava Capitania de São Vicente (interior de São Paulo) passando por quatro países: Brasil (em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), Bolívia, Paraguai chegando a Cusco no Peru. Além do caminho de Itupava, que interliga as planícies litorâneas ao primeiro planalto paranaense. Isto permite pensar que os tropeiros, possivelmente, seguiam de fato pelos antigos caminhos indígenas, também no Rio Grande do Sul. Essas trilhas de e para o Sul eram chamadas genericamente de Caminho das Tropas. Pelo menos três dessas estradas marcaram esse contexto:

a) “Caminho da Praia”: estruturada a partir de 1703 por Domingos da Filgueira, seguia pelo

litoral, entre a Colônia de Sacramento e Laguna; b) “Caminho dos Conventos” ou “Caminho de Sousa Farias”: aberto em 1728, partia de Araranguá, cruzava pelos Campos de Cima da Serra até chegar à região da atual Curitiba; c) “Caminho das Tropas”: estabelecido por volta de 1731, por Cristóvão Pereira de Abreu, partia de Viamão, onde se localizava o Registro de Viamão (ou Guarda Velha, no atual município de Santo Antônio da Patrulha), seguia rumo ao norte até alcançar os Campos das Vacarias, onde então cruzava o atual rio Pelotas (antes denominado rio do Inferno) (SILVA, 2010., p. 36).

Destacamos aqui o Caminho do Viamão, conhecido como “Estrada Real ou Estrada da Mata” era bastante utilizada no século XIX, partindo de Viamão, atravessava os campos de Vacaria¹², seguindo por Santa Catarina (Lages, Correia Pinto, Curitiba, Santa Cecília, Papanduva, Monte Castelo, Maфра) cruzando o Paraná (Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa) até chegar a São Paulo (Castro, Pirai do Sul, Jaguariá, Sengés, Itararé e Sorocaba). O Caminho da Praia, que interligava a Colônia de Sacramento no atual Uruguai a Laguna, ia pelo Litoral desde a altura de Montevideú, atravessando o Rio Chuí, depois o canal de Rio Grande, transpunha a foz do Rio Tramandaí, cruzava pelo Mampituba em Torres, por fim o Rio Araranguá até chegar em Laguna. Dessa rota, desde 1725, há registros da cobrança de tarifas para o transporte do gado que atravessava o rio Mampituba, na atual divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (RUSCHEL, 2004). Esses caminhos foram usados como meio de ligação imprescindível para expansão luso-brasileira para o Sul da América, considerando a falta de segurança na navegação gerados pelos conflitos contra a Espanha. Havia também uma estrada que ligava Araranguá ao Planalto Catarinense, chamada de Caminho dos Conventos, uma opção para transpor a serra e pegar o Caminho do Viamão em direção a Sorocaba. Com o tempo foi ficando esquecido para o comércio com Sorocaba, pois a utilização do Caminho de Viamão facilitava o transporte e tarifação das tropas, ficando como caminho auxiliar na ligação das estâncias instaladas no litoral entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹³.

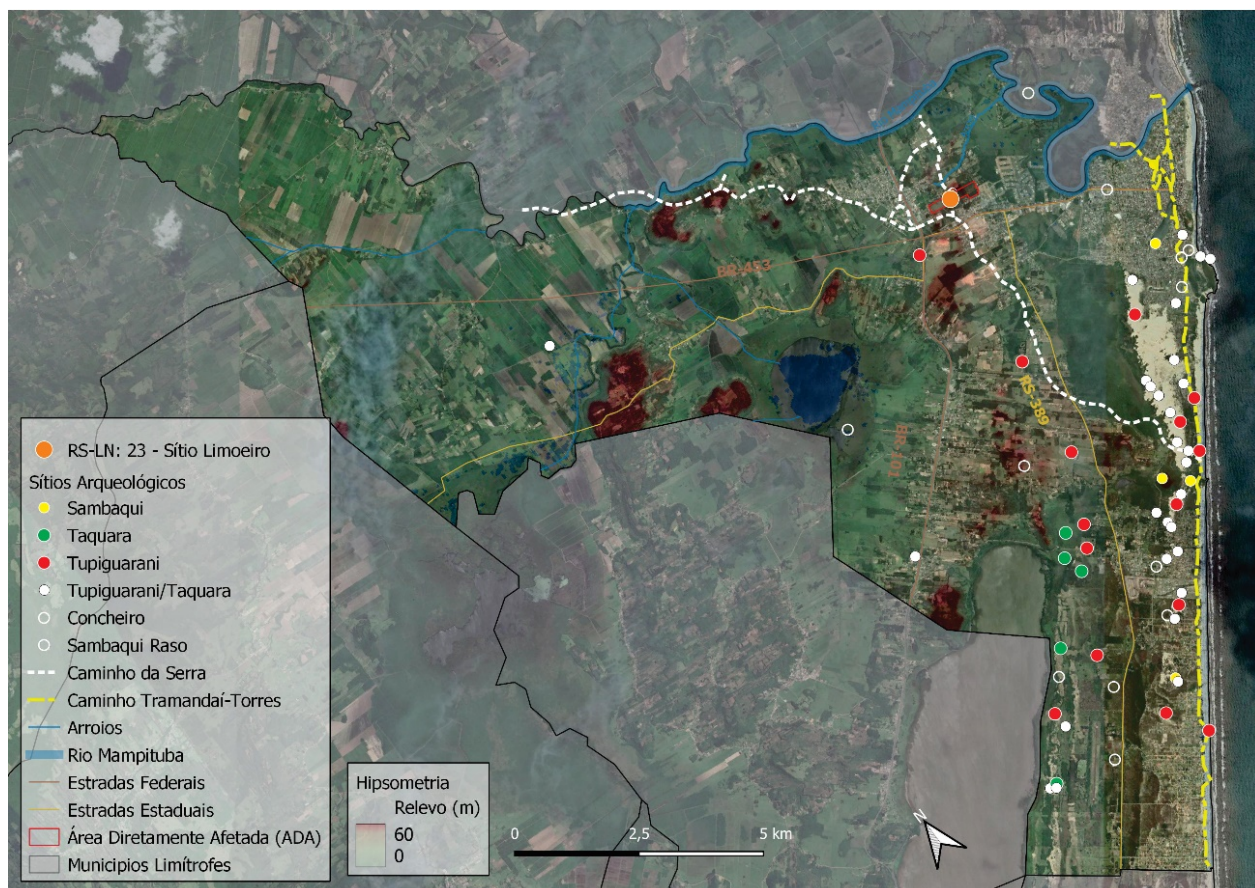


Figura 6 – Sobreposição do mapa com os sítios arqueológicos com a planta dos caminhos de 1842 e estradas atuais.

Fonte: Google Earth. Adaptação Arqueotri, 2022.

Isto posto, buscamos contextualizar, preliminarmente, a ocupação do território que hoje está compreendido pelo município de Torres com a intenção de elaborar um pequeno esboço dos caminhos formadores da região. Para pensar períodos mais recuados observamos a distribuição espacial dos sítios arqueológicos encontrados na região, em especial ligados aos grupos ceramistas. Ao observarmos o mapa abaixo, com os sítios plotados, vemos uma regularidade de uso do espaço que, possivelmente, remete “aos caminhos” e rotas de circulação que foram, posteriormente, utilizados por diferentes grupos. Ademais, o mapa abaixo, mostra também que atualmente, as estradas Estaduais e Federais enquanto caminhos consolidados também coincidem com as rotas usadas no século XIX, que por sua vez possuem uma linearidade com a disposição dos sítios arqueológicos já encontrados (figura 06).

Considerações Finais

A presente reflexão teve como objetivo apresentar dados preliminares da localização de um sítio cerâmico, RS-LN:23 Limoeiro (laranja na figura 06), no município de Torres/RS, o qual se insere em um contexto mais amplo de ocupação do território. A disposição dos sítios ceramistas representados por círculos vermelho, verde e branco no mapa, aparecem com maior intensidade nas proximidades da costa, junto ao traçado em amarelo, o Caminho Tramandai-Torres. Ao passo que, os sítios Guarani representados em vermelho aparentam uma regularidade junto ao “caminho da Serra”, o pontilhado em branco.

Os caminhos que eram usados pra o traslado de tropas aparecem na literatura historiográfica como resultado do tropeirismo e domínio colonial do território. Contudo, ao realizar o levantamento arqueográfico de ocupações litorâneas, entrecruzando com os dados historiográficos,

obtivemos um padrão ocupacional coincidente com as rotas representadas nos mapas. Isto permite pensar que, a circulação e domínio indígena do território através dos seus caminhos, possivelmente, acabou sendo apropriado pelos colonizadores desde os primeiros contatos, fazendo com que o protagonismo indígena e suas relações com esse território fosse, historicamente, obliterada. Ressaltamos que essa pesquisa ainda está em andamento e deverá ser aprofundada, assim como as reflexões que apontam nesta direção, procurando sempre o protagonismo indígena. Contudo, para tal tarefa é necessário a compreensão das normas historicamente assentadas sobre a produção científica violenta e inaceitável que perpetua apagamentos, como a que entende como “histórico” apenas o período após colonização.

Notas

1 O conceito de história indígena, segundo Oliveira (2003) pode ser entendida como aquela que cientistas sociais produzem acerca do transcurso sociocultural e histórico das populações nativas do continente americano ou ainda, aquela que é narrada e interpretada segundo os próprios indígenas. Esse fazer perpassa pelo uso de metodologias etnohistóricas, sendo por vezes entendida no Brasil enquanto sinônimas. Nesse sentido, a noção de história indígena está atrelada a processos históricos de longa duração, a qual ter sua base em mudanças estruturais, lentas, quase imperceptíveis que são “originadas de eventos específicos (curta duração de Braudel), oriundos da conjunção de atos dos indivíduos. Esses eventos e indivíduos estão inseridos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social (história de média duração). Tais mudanças, em curto prazo, criam e reproduzem a longa duração, sendo o entendimento da interdependência entre a longa duração e a curta duração fundamental para análise arqueológica” (CORREA, 2013, p. 27). Cabe ressaltar que as mudanças para um fazer científico voltados ao protagonismo indígena se origina da luta das comunidades indígenas que se organizaram nacionalmente enquanto movimento social desde os anos 1970. Para saber mais sobre essa discussão, consultar (BUENO, 2019; SILVA; NOELLI, 2016; CORREA, 2013; OLIVEIRA, 2003).

2 Cabe observar a discrepância no índice bibliográfico que, entre as fontes bibliográficas acessíveis sobre “padrões de ocupação Guaraní no litoral norte do rio

Grande do Sul”, a maioria foram escritas por homens (32), sendo apenas 10 escritas por mulheres, de um total de 32 autora/es principais contabilizados.

3 O uso termo horticultura é utilizado nesse texto enquanto sinônimo de atividades complexas de plantio e manejo agroflorestal e não com a ideia equivocada de que os sistemas de cultivo indígenas eram menos eficientes do que os sistemas de cultivo coloniais. Atualmente com o resgate dos sistemas de cultivo agroflorestais percebe-se que os sistemas de cultivos indígenas associavam eficiência e diversificação da produção.

4 A partir da cultura material, André Prous propõe a divisão dos sítios litorâneos em duas fácies: meridional e do litoral central. A Fácies Meridional, que compreende o litoral de Cananeia em São Paulo até Torres/Tramandaí no Rio Grande do Sul, e é caracterizada pela presença de esculturas zoomorfas em sítios espalhados em toda a região focalizada, sendo que aparecem em qualquer subdivisão regional zoólitos de forma geométrica repetitiva, pouco naturalistas, que parecem corresponder a um embasamento “ideológico” comum (PROUS, 1992, p. 260). O autor divide a Fácies Meridional em quatro Subdivisões sendo que, a quarta, compreende o Litoral Sul de São Catarina e o Litoral Norte do Rio Grande do Sul entre Torres e Tramandaí. Essa noção de fácies advém de uma perspectiva teórica da chamada “arqueologia francesa”, a qual fundamenta também o entendimento do professor Arno Kern (1989) que, por sua vez, buscava compreender os contextos arqueológicos de modo distinto da proposta dos pesquisadores do PRONAPA que consideravam o conceito de “fases”. Sobre o conceito de fase e tradição em uma perspectiva crítica, ver mais em (DIAS, 2003).

5 Cabe alertar que o atual território do município é menor que o seu território na década de 1960, quando os primeiros sítios arqueológicos foram cadastrados. Em meados do século XX o território do município compreendia os atuais municípios de Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba e Três Forquilhas. Assim, muitos dos sítios registrados no CNSA como sendo de Torres, hoje podem encontrar-se no território dos citados municípios, antigos distritos da cidade.

6 A caracterização e o conceito das tradições arqueológicas Tupiguarani e Taquara relacionadas aos horticultores Guaranis e do Planalto respectivamente, resultaram das pesquisas realizadas pelo PRONAPA de base histórico-culturalista dos anos 1960. Contudo, é necessário maior aprofundamento crítico quanto ao conceito de tradição e os preceitos científicos imbuídos em sua definição. Cabe ressaltar que o material cerâmico, arqueograficamente, serviu de marcador identitário, em especial, relacionado aos horticultores Guaranis e,

também, aos grupos Horticultores do Planalto. Em muitas pesquisas, afirma-se que os Guarani reproduziram sua cultura material e imaterial por cerca de 3.000 anos com poucas alterações, trazendo uma ideia de continuidade cultural, como veremos adiante. Os conceitos que até hoje estão sendo utilizados por grande número de arqueólogos brasileiros como “fases”, “tradições” e “subtradições”, encerram nestas denominações “grupos étnicos” homogêneos, como a “tradição Tupiguarani”: Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e, pelo uso de tembetás, planificando a diversidade cultural sobre um mesmo nome: “Tupiguarani”. Essa prática reducionista toma como parâmetro poucos elementos diagnósticos e alguns poucos atributos materiais (conhecidos como “fósseis-guia”). No caso “Tupiguarani”, cerâmica, machados polidos, tembetás e os enterramentos em urnas bastam para caracterizá-la. Mas, não se necessita de tanto, muitos sítios foram classificados nesta “tradição” apenas havendo como atributo perceptível a cerâmica (LINO, 2011). Assim, optamos por utilizar termos mais amplos para nos referirmos aos sítios com cerâmica ao invés da utilização do termo tradição Taquara e Guarani utilizaremos, respectivamente, horticultores do Planalto e horticultores Guarani.

7 A falta de comunicação entre as diferentes instituições de pesquisa e entre os pesquisadores fez com que muitos sítios fossem registrados mais de uma vez com nomes diferentes, somado a isso, a imprecisão de localização pode ter criado dados de registro redundantes. Então, é possível que, sítios não identificados na base de dados do IPHAN possam ter sido cadastrados anteriormente ou posteriormente com nomes diferentes.

8 Datações recentemente sistematizadas por Bonomo *et al.* (2015) corroboram com a hipótese de rotas de expansão rumo ao litoral sul catarinense advirem dos rios Paraná e Uruguai, atravessando o Rio Grande do Sul pelos rios Ibicuí e Jacuí e direcionando-se ao norte na medida em que atingiam o litoral (SANTOS, 2016, p. 17).

9 Informação passada oralmente por um antigo morador local, que ainda utiliza essa técnica na fração do terreno destinada para cultivo.

10 O tenente-coronel Francisco de Paula Soares Gusmão foi comandante do Presídio das Torres e Inspetor da Colônia Alemã.

11 Os Guarani e jesuítas terminaram por criar uma ampla área de reserva de gado que era conduzido para as planícies costeiras, uma vez que a proximidade com o

litoral do Rio Grande do Sul e Uruguai levou à denominação dessa área como Vaquería del Mar, ou Vacaria do Mar. A partir de 1704, devido às disputas entre portugueses e espanhóis, os jesuítas buscaram estabelecer uma nova reserva de gado na região dos Campos de Cima da Serra, a Vacaria dos Pinhais, área em que a topografia e a vegetação natural faziam contenção à dispersão dos animais. Esta passou então ao domínio das reduções Guarani que foi assolada pelo avanço português em busca do gado, bem como pelas disputas entre as coroas frente a colonização do território (SILVA, 2010).

12 A Estrada das Missões saía dos campos de São Borja, seguia por Santo Ângelo, Palmeira das Missões, atravessando Santa Catarina em direção ao norte do Paraná. O Caminho da Vacaria interligava Cruz Alta a Vacaria cruzando por Passo Fundo e Lagoa Vermelha conectando-se ao Caminho do Viamão.

13 Fonte:

<https://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/06caminhosdosul.html> Acesso em maio de 2022.

Referências

ARQUEOTRI. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, Loteamento Limoeiros 1, Torres/RS.** Iphan/RS – Processo: 01512.000230/2021-02, Porto Alegre, 2022.

BATISTA, Jaime L. da S. **Sob as lentes de Torres.** Torres/RS: Lorigraf, 2012.

BECKER, Jussara L. **O homem pré-histórico no litoral norte, RS, Brasil. De Torres a Tramandaí.** Torres: Graf. e Ed. TC, 1, 2007.

BECKER, Jussara L. **O homem pré-histórico no litoral norte, RS, Brasil. De Torres a Tramandaí.** Torres : Graf. e Ed. TC, 3, 2008.

BONOMO, Mariano; COSTA ANGRIZANI, Rodrigo; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, n. 356, p. 54-73, 2015.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 477- 495, 2019

CAMPOS, Juliano B.; SANTOS, Marcos César Pereira; ROSA, Rafael Casagrande da; RICKEN, Claudio; ZOCCHÉ, Jairo José. Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, p. 10-39, 2013.

CORREA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, 26-29, 2013.

CORTELETTI, Rafael. **Projeto Arqueológico Alto Canoas - PARACA**: um estudo da presença Jê no planalto catarinense. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIAS, Adriana. S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico**: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FITZ, Lucimara da Silva. **O tropeirismo no parana “a cultura tropeira em Castro**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Historia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS, 2013.

HILBERT, Klaus; WAGNER, Gustavo; SILVA, Lucas. VIDAL, Viviane. **Salvamento Arqueológico dos Sítios Impactados pela BR-101**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

KERN, Arno A. Pescadores-coletores pr-históricos do litoral norte. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos**, n. 3, p. 107-122, 1989.

LAURE GAULIER, Patrícia. Ocupao pr-Histórica Guarani no município de Porto Alegre-RS: Consideraes preliminares e primeira datao do sítio arqueológico [RS-71-C] da ilha Francisco Manoel. **Revista de Arqueologia**, v. 14, n. 1, p. 57-73, 2002.

LAZAROTTI, Marcelo S. **Projeto de Avaliao ao Patrimnio Arqueológico - PAIPA -Loteamento Limoeiros 1, Torres/RS**. 12 SR- IPHAN/RS. Porto Alegre/RS: Arqueotri Consultoria em Arqueologia, 2021.

LINO, Jaisson T. Arqueologia guarani: identidade e cultura. **Cadernos CEOM**, v. 24, n. 35, p. 35-53, 2011.

MERGEN, Natália M. **Os pilares da arqueologia sul-rio-grandense (1870-1958)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

MILHEIRA, Rafael G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense**: história e território. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MILHEIRA, Rafael Guedes; WAGNER, Gustavo Peretti (Orgs.). **Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil**. Curitiba/PR: Appris, 2014.

MILHEIRA, Rafael; DEBLASIS, Paulo. O território Guarani no litoral sul catarinense: ocupao e abandono no limiar do período colonial. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 29, 147-182, 2011.

MONTICELLI, Gislene *et al.* **Pesquisa Arqueológica em áreas afetadas pelas obras de duplicação da rodovia BR 101:** municípios de Torres a Osório, Rio Grande do Sul. Relatório Final das atividades, Vol I, II e III. Porto Alegre: MCT, 2003. p. 742

NEUMANN, Mariana. “A cerâmica guarani do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.” In: MILHEIRA, Rafael; WAGNER, Gustavo (Orgs.). **Arqueologia guarani no Litoral Sul do Brasil**, Curitiba: Editora Appris, 2014. p. 63-80.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. Sobre os conceitos de etnoistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: Comunicação oral., 2003.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1992.

ROGGE, Jairo H.; SCHMITZ, Pedro. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do RS. **Pesquisas**, n.68, p. 167-225, 2010.

ROGGE, Jairo Henrique. O Patrimônio Arqueológico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Os Sambaquis. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel *et al.* (Org.). **Raízes de Xangri-lá**. Porto Alegre: Evangraf/EST, 2016. p. 41-47.

RUSCHEL, Ruy R. **Torres tem História**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2004.

SANTOS, Josiel dos. **Arqueologia guarani e sistema de assentamento no extremo sul de Santa Catarina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2016.

SCHMITZ, Pedro I. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. **Arqueologia do Rio Grande do Sul. Documentos**, n.5, 31-64, 2006.

SCHMITZ, Pedro I.; RAUPP, Ismael da Silva. Onde acampar? O sítio arqueológico RS-LN-62: Interlagos em seu contexto regional histórico e ambiental. **Cadernos do LEPAARQ**, V. X, n°20, p. 63-91, 2013.

SILVA, Adriana Fraga da. **"Meu avô era tropeiro!": identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo, Bom Jesus/RS**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista Museu Arqueologia e Etnologia** n. 27, p. 5-20, 2016.

TOCCHETTO, Fernanda. O meio ambiente e os grupos pré-históricos do norte da planície costeira do RS: O sítio arqueológico de Itapeva. **Veritas**, n. 32 n. 126, p. 217-229, 1987.

WAGNER, Gustavo P. **Ceramistas pré-coloniais do Litoral Norte**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WAGNER, Gustavo P. **Sambaquis da Barreira da Itapeva, uma perspectiva Geoarqueológica**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.